

ESTADO E EMPRESARIADO NO NASCIMENTO DA QUESTÃO SIDERÚRGICA BRASILEIRA

Sydenham Lourenço Neto¹

A partir da segunda década do século XX, poderemos encontrar, tanto na literatura, quanto em pronunciamentos de políticos e burocratas, referências ao chamado “problema siderúrgico brasileiro”². Neste momento, as nossas enormes reservas de minério de ferro passaram a ser conhecidas mundialmente³. Colocava-se para a elite econômica e política brasileira o problema do melhor aproveitamento possível dessas reservas.

Duas propostas contraditórias são colocadas na agenda política: a primeira, de cunho nitidamente liberal, defendia a exploração das nossas riquezas minerais através da exportação. A segunda, de cunho protecionista, visava reservar nossas riquezas para a exploração interna, isto é, defendia o rápido desenvolvimento de nossa indústria siderúrgica nacional de modo a beneficiar internamente o nosso minério.

As duas iniciativas, o desenvolvimento da indústria siderúrgica e a exportação de minério, não são intrinsecamente contraditórias. Na realidade, sabemos hoje que o Brasil conseguiu, na década de 1980, abrigar a maior mineradora do mundo e, ao mesmo tempo, constituir-se no oitavo maior produtor siderúrgico do mundo. Se as duas iniciativas competiam, isso se deveu a três causas: em primeiro lugar, a percepção equivocada de que as reservas mundiais de minério de ferro, incluindo as brasileiras, eram menores do que de fato elas eram; em segundo lugar, o temor por parte de alguns grupos brasileiros de que as empresas estrangeiras pudessem se apossar de todas as nossas reservas minerais, impedindo, assim, o seu beneficiamento interno⁴; em terceiro lugar, a disputa por privilégios governamentais.

Podemos identificar já na presidência de Nilo Peçanha uma preocupação do

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Professor Associado do Departamento de Estudos Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História Social do Território da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-Mail: <slneto@hotmail.com>.

² Alguns dos trabalhos pioneiros a citar o problema siderúrgico são: CARVALHO, Elysio. *Brasil, potência mundial*: inquérito sobre a indústria siderúrgica no Brasil. Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1919; e SOUZA, Aguiar. *Indústria siderúrgica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

³ O Brasil é um dos países com as maiores jazidas de minério de ferro do mundo, tal fato se tornou mundialmente conhecido a partir de um Congresso ocorrido na cidade de Estocolmo em 1910 em que Orville Derby, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil” apresentou um trabalho preparado pelo geólogo Gonzaga de Campos descrevendo e localizando as nossas principais jazidas de minério de ferro. Ver: SOARES, Edmundo de Macedo. *O ferro na história e na economia do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Sesquicentenário, 1972, p. 50.

⁴ A partir de Congresso de Estocolmo ocorreu uma corrida das mineradoras internacionais pela posse das jazidas de ferro do Brasil. Beneficiadas pela legislação liberal da República Velha essa mineradoras compravam a propriedade do solo e do subsolo de proprietários que dificilmente poderiam avaliar a riqueza mineral de suas terras. AMARAL, Afrânio do. *Siderurgia e planejamento econômico no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1946, p. 273.

governo brasileiro com o melhor aproveitamento possível de nossas reservas minerais. A principal manifestação dessa preocupação é a edição do Decreto n. 8.019 que concedeu favores especiais a indivíduos ou empresas que se propusessem a manter estabelecimento para a fabricação do ferro e do aço⁵. Esses favores incluíam, entre outros, garantia de consumo anual de aço de cerca de $\frac{1}{3}$ da capacidade da firma por parte do governo, isenção de tributos, garantia de facilidades para o transporte ferroviário da matéria-prima e dos produtos⁶.

Se, por um lado, as iniciativas do governo Nilo Peçanha já são resultado do não aproveitamento das minas de ferro que estavam em posse das empresas estrangeiras, por outro lado, essas mesmas iniciativas valorizaram ainda mais a posse das minas. Afinal, só poderiam candidatar-se para os privilégios previstos no Decreto 8.019 aqueles que tivessem a possibilidade de ter acesso ao minério.

Entre os projetos que buscavam aproveitar os favores oferecidos pelo governo brasileiro, podemos identificar dois: 1) O de Carlos Wigg, pioneiro da siderurgia brasileira como um dos fundadores da Usina Esperança⁷, e Trajano Viriato Saboia de Medeiros; 2) o da Brazilian Hematite Syndicate, posteriormente Itabira Iron Ore Co. Limited.

O primeiro projeto visava basicamente à industrialização do minério de ferro, isto é, o desenvolvimento de uma indústria siderúrgica nacional privada de grande porte – e para isso previa a construção de uma usina em Juiz de Fora com a capacidade de produzir mais de 100.000 t de aço. O segundo, que detalharemos mais à frente, tinha como principal objetivo a exportação de minério, mas também previa a construção de uma usina siderúrgica baseada em carvão mineral.

Ambos os projetos dependiam de favores do governo e, embora tivessem prioridades diferentes, e um fosse liderado por empresários brasileiros e o outro por empresários estrangeiros, os dois sofreram resistências políticas. Foi o próprio Carlos Wigg quem, se dirigindo a Epitácio Pessoa, anos mais tarde, explicou suas dificuldades em função de “uma terrível campanha difamatória, por parte de nossa imprensa, está culminando na completa inércia dos Poderes Públicos na sua execução das respectivas condições contratuais”⁸. As dificuldades enfrentadas pelo Contrato Itabira Iron examinaremos mais detidamente à frente. Contudo, desejamos destacar que os obstáculos enfrentados pelos dois projetos foram mais políticos do que ligados à falta de demanda por produtos siderúrgicos. Nossa

⁵ Além disso, Nilo Peçanha encomenda aquele que, provavelmente, foi o primeiro estudo oficial sistemático sobre a indústria siderúrgica no Brasil: SOUZA, *Indústria siderúrgica*.

⁶ Ver: BRASIL, Ministério da Viação. *Revisão do Contrato Itabira Iron*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação, 1934. SOARES, *O ferro na história...*, p. 55.

⁷ A Usina Esperança é considerada a primeira usina siderúrgica brasileira. Ela foi fundada em 1888 por Joseph Gerspacher, Amaro da Silveira e Carlos da Costa Wigg e deu origem à Companhia Siderúrgica Brasileira. Em 1913, Carlos Wigg e Trajano de Medeiros transferiram vantagens que obtiveram através do decreto 8.019 para a Companhia Siderúrgica Brasileira [ver Diário Oficial da União – DOU, de 29 jun. 1913, p. 16, seção 1]. Contudo, a transferência jamais foi ratificada pelo Congresso, anulando na prática as vantagens previstas. Ver: MARTINS, Luciano. *Politique et développement économique, structure de pouvoir et système de décisions au Brésil*. Paris: Université René Descartes, 1973, p. 203.

⁸ Carlos Wigg a Epitácio Pessoa, Estação de Usina, 06 mar. 1920, CPDOC, ISL c 1907.00.00, doc I-19.

hipótese é que as barreiras políticas só puderam ser superadas com o surgimento de uma maior articulação entre um grupo de empresários brasileiros que passou a atuar na década de 20. Mas, para entender como essa articulação foi possível precisamos acompanhar o desenvolvimento da siderurgia brasileira na segunda e terceira décadas do século, sem deixar de examinar o ponto central do debate siderúrgico na época, que foi o Contrato Itabira Iron.

O Brasil no início do século XX produzia cerca de 2.000 toneladas de ferro gusa em cerca de 70 estabelecimentos. Esses estabelecimentos por não serem indústrias siderúrgicas integradas eram incapazes de transformar o ferro gusa em aço. Nossa produção de aço, portanto, era nula. No início da segunda década do século, a produção mantinha-se no mesmo nível, enquanto a importação de produtos laminados de aço atingia a casa de 200.500 toneladas por ano. Em 1916, a produção de ferro gusa chegava a 4.267 toneladas, quando então começou um rápido aumento, usualmente atribuído a um surto de industrialização durante a primeira guerra mundial, que propiciou, em 1924, uma produção de 25.035 toneladas. Naquele mesmo ano, a importação de ferro gusa alcançaria o seu auge, 16.493 t, mas, a partir daí, cai continuamente até alcançar índices mínimos no final da década de 30. Ainda em 1924, o primeiro em que temos dados oficiais para a produção de aço, produzíamos apenas 4.492 toneladas deste produto. Totalmente fabricados na Cia. Elétrica Metalúrgica Ribeirão Preto⁹. Portanto, até 1923, 100% do aço laminado consumido no Brasil era importado. Também a produção de materiais de ferro utilizados pela agricultura, pela construção civil e pela indústria ferroviária era muito limitada.

Segundo o estudo do Ministério da Agricultura, entre 1910 e 1936, importamos um total de 3.886.902 t desses materiais no valor de 264.324.691 libras¹⁰. No ano de 1924, inicia-se uma pequena produção de aço em lingotes, 4.492 t. Com o desenvolvimento deste setor, em 1929, produzimos 26.842 t de aço em lingotes. O que era suficiente para atender 24,1 por cento do consumo nacional. Ainda assim, no mesmo ano, considerando o consumo total de produtos laminados (514.296t) as importações respondiam por 94,2%.

O Caso Itabira Iron

Entramos o século XX tendo um grande percentual de nossas jazidas de minério de ferro em posse de companhias estrangeiras. O congresso de Estocolmo realizado em 1910 tem grande responsabilidade no despertar do interesse de companhias estrangeiras no minério de ferro brasileiro. Após o congresso, um grupo de empresários ingleses, composto por Baring Brothers, Cecil Rhodes, Ernest Cassel e C. Rothschild, verifica a veracidade das informações divulgadas e adquire jazidas de minério de ferro na região de Itabira do Mato Dentro-MG, fundando o Brazilian Hematite Syndicate¹¹. Com o objetivo de exportar esse minério, a mesma empresa

⁹ Ver: GONSALVES, Alpheu Diniz. *O ferro na economia nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1937, p. 41.

¹⁰ Ver: GONSALVES, *O ferro na economia...*, p. 47.

¹¹ Ver: PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: Apec, 1972, p. 177.

se torna sócia majoritária da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Antes, porém, a companhia busca autorização do governo para alterar o traçado previsto para essa ferrovia, de modo a alcançar a região de Itabira. Como já vimos, o governo Nilo Peçanha encontrava-se empenhado em desenvolver a indústria siderúrgica nacional, por isso autoriza a operação da empresa com a condição de que ela construísse um estabelecimento siderúrgico com a capacidade mínima de 1.000 t de produtos brutos de ferro.

Entre 1911 e 1913, a Itabira Iron comprou as mais ricas jazidas da região de Itabira e solicitou ao governo que o tesouro nacional garantisse os seus lucros. Tendo obtido mais essa concessão, a empresa dedicou-se às obras de aparelhamento da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Para tanto, buscou captar recursos no exterior, dando como garantia o lucro obtido com a exportação de 3 milhões de toneladas de minério por ano. Porém, a empresa não obteve o capital necessário no exterior e nem conseguiu que o governo brasileiro a auxiliasse a concluir as obras necessárias, adiantando o capital a ser investido. Por este motivo as obras foram interrompidas em 1913.

Durante a primeira guerra mundial, a possibilidade de captar recursos no exterior diminuiu bastante, levando o grupo originário a vender o controle da Itabira Iron para outro grupo de banqueiros e empresários ingleses. Os novos controladores convidaram o empresário norte-americano Percival Farquhar, que tinha vários investimentos realizados no Brasil, para liderar os projetos da companhia¹². Em maio de 1920, Farquhar procurou o governo brasileiro com o intuito de refazer o contrato da companhia junto ao poder federal. Surgiu então aquilo que ficou conhecido na literatura especializada como o contrato Itabira Iron, embora este não fosse o primeiro acordo que a empresa oficializou junto ao governo brasileiro. Neste ano estávamos sobre a presidência de Epiácio Pessoa.

A fama deste acordo justifica-se pela enorme oposição que despertou junto à opinião pública e setores do governo. Para entender essa reação é preciso verificar os detalhes do contrato de 1920. Comprometia-se a Companhia Itabira Iron a construir uma usina siderúrgica com capacidade de produzir pelo menos 150.000 t de aço distribuídas em vários produtos como vergalhões, trilhos etc. Essa usina estava prevista para ficar localizada em algum ponto do litoral do Espírito Santo. Para viabilizá-la a Itabira Iron também deveria construir dois ramais ferroviários partindo da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que pertencia à companhia, para, ao mesmo tempo, alcançar as jazidas de Itabira-MG e o porto de Santa Cruz-ES. No porto, por sua vez, a companhia deveria equipar um cais para carga e descarga dos materiais e equipamentos que a companhia viesse a importar ou exportar.

Essas eram as principais obrigações da companhia junto ao governo brasileiro que, em troca, permitiria que a Itabira Iron explorasse plenamente as suas jazidas. O contrato que parecia resolver os dois problemas do setor siderúrgico brasileiro, a exportação em bases lucrativas do nosso minério e o desenvolvimento de nossa indústria siderúrgica, foi acusado por vários atores envolvidos na questão siderúrgica como sendo responsável pela criação de um monopólio em favor da Itabira Iron, que passava a ser a única empresa autorizada a explorar as jazidas de

¹² PELÁEZ, *História da industrialização...*, p. 181-182.

nossa região mais rica em minério.

O monopólio podia não estar previsto pelo contrato celebrado entre a Itabira Iron e o governo brasileiro, no entanto, este era o efeito prático do contrato. Isto porque, a empresa garantiria o monopólio da utilização de recursos e equipamentos de um modo que inviabilizava a exploração por parte de qualquer outra empresa das jazidas minerais que se encontrava próxima à Estrada de Ferro Vitória-Minas. Devemos lembrar que a Itabira Iron já era a sócia majoritária desta Estrada de Ferro desde 1911, e que os dois ramais que seriam construídos e fariam a ligação das jazidas com o litoral também seriam de sua propriedade.

O problema é que a Companhia exigiu, e obteve do governo, através do contrato de 1920, o direito de utilizar os seus novos ramais exclusivamente para o transporte dos produtos da Itabira e vedar em toda a extensão da Estrada de Ferro o transporte de minérios de terceiros. Da mesma forma, o cais a ser construído em Santa Cruz seria exclusivo para utilização da empresa¹³.

A reação iniciou-se já com o Tribunal de Contas da União, que registra o Contrato sob protestos. Ela também chegou ao Congresso, através do discurso do Deputado mineiro Nelson de Senna que resumiu a opinião de vários especialistas sobre o que consideravam ser o rumo correto para a siderurgia brasileira e condenou o contrato Itabira Iron¹⁴. Como resultado da polêmica o Congresso Federal negou aprovação ao contrato. A controvérsia, porém, fica mais visível quando, seguindo os preceitos do federalismo brasileiro, o empresário Percival Farquhar, representante da Itabira Iron, procurou o governo do Estado de Minas para referendar o seu contrato assinado com o governo federal. Por essa ocasião, o presidente do estado de Minas era Arthur Bernardes, que pouco depois seria eleito presidente do Brasil.

Arthur Bernardes, juntamente com a comunidade de empresários de Minas Gerais, atuou no sentido de vetar o projeto da Itabira Iron e ao mesmo tempo articular uma opção para o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Estado¹⁵. Mesmo quando Percival Farquhar aceitou transferir a usina que iria construir em Santa Cruz-ES para Aimorés-MG, o governo de Minas não desistiu de cancelar o seu contrato. Persistia, afinal, o problema do monopólio da utilização da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Quando Arthur Bernardes chegou à Presidência do País, ele tomou duas iniciativas contra o contrato Itabira Iron que tiveram eficiência limitada: a) tentou reformar o Artigo 72 da Constituição, que tratava da posse das jazidas de minérios; e b) organizou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para julgar o Contrato Itabira Iron e propor outras alternativas para o desenvolvimento da indústria

¹³ Ver esses e outros detalhes do contrato em: SOARES, *O ferro na história...*, p. 76-78.

¹⁴ SENNA, Nelson de. *O problema da siderurgia nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Ver também a opinião de alguns importantes políticos de Minas Gerais, como Clodomiro de Oliveira, que em 1918 se tornou Secretário de Viação do Estado de Minas Gerais, reproduzidos em: CARVALHO, *Brasil, potência mundial...*

¹⁵ O próprio Percival Farquhar cita os siderurgistas nacionais e os proprietários de jazidas de ferro no Brasil, brasileiros e estrangeiros, como os principais opositores do seu projeto. Ver: FARQUHAR, Percival. *Confiscatory Decree of the government of Brazil of 11th August, Cancelling the Itabira Concession Contract, a Short resume of the Itabira Case*. Rio de Janeiro: s.r., 1939.

siderúrgica nacional.

O artigo 72 da Constituição de 1889 tratava da propriedade do subsolo, vinculando-a à propriedade do solo. Era este artigo que permitia aos proprietários de jazidas minerais vendê-las sem nenhum trabalho eficiente de avaliação da riqueza mineral que possuíam. Como já vimos, esse procedimento, aliado a uma política bastante liberal dos Estados da federação que davam indiscriminadamente as terras públicas em concessão, possibilitou que várias empresas estrangeiras adquirissem a posse de nossas principais jazidas, muitas vezes sem nenhum compromisso em explorá-las¹⁶. Na nova redação proposta, “as minas e jazidas minerais necessárias à segurança e à defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros”.

Apesar da redação um tanto ambígua, restava saber quem e como seria decidido quais minas e jazidas eram necessárias à segurança e à defesa nacional, essa proposta foi suficiente para despertar a oposição de parlamentares que defendiam a participação do capital estrangeiro na mineração. A tramitação do projeto foi várias vezes protelada e em 1930, antes do movimento de Outubro, a Comissão de Agricultura da Câmara desfigurou completamente o projeto original. Quando Vargas assume o poder a tramitação da reforma de 1926 foi interrompida e tivemos que esperar a Constituição de 1934 para que o capítulo sobre a propriedade do subsolo fosse modificado¹⁷.

Quanto à CPI de Revisão do Contrato Itabira Iron, ela era formada pelos Senadores Lauro Muller, Paulo de Frontim e Sampaio Corrêa e pelos Deputados Augusto de Lima e Prado Lopes. Foi ouvido um grande número de personalidades envolvidas com a atividade siderúrgica nacional¹⁸. Houve profunda discordância entre os depoentes sobre vários aspectos: utilização de carvão vegetal ou mineral, localização e porte das usinas, tipo de alto-forno a ser utilizado etc. Uma opinião, no entanto, foi praticamente unânime, o governo deveria proibir a exportação de minérios. O repúdio ao contrato Itabira Iron entre os siderurgistas era bastante amplo. Contudo, o máximo que o Governo Arthur Bernardes conseguiu fazer contra o Contrato foi protelar a sua assinatura.

Com a sucessão presidencial e estadual, Percival Farquhar encontrou um ambiente mais favorável na administração do Presidente Washington Luiz e no Governo de Antônio Carlos, em Minas Gerais. Por isso, voltou a negociar no sentido de abrir mão do monopólio sobre a Estrada de Ferro Vitória-Minas em troca do fim da obrigação de construir uma usina siderúrgica.

Em 1927, foi assinado um novo acordo com o Estado de Minas em que a Itabira Iron se obrigava a transformar em aço, apenas 5% do minério exportado¹⁹. Farquhar parecia assim confirmar as suspeitas de muitos dos seus opositores que

¹⁶ Ver: DIAS, José Luciano de M. & QUAGLIANO, Ana M. *Questão do petróleo no Brasil: uma História da Petrobrás*. Rio de Janeiro: FGV, 1993, p. 07-08.

¹⁷ DIAS & QUAGLIANO, *Questão do petróleo no Brasil...*, p. 15-16.

¹⁸ A lista completa com o resumo da opinião de cada depoente encontra-se em: SOARES, *O ferro na história...*, p. 72-74. Ver também: OLIVEIRA, Clodomiro de. *Problema siderúrgico*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1924.

¹⁹ Ver: GONSALVES, *O ferro na economia...*, p. 128.

sempre afirmaram que ele nunca pretendeu construir a prometida usina siderúrgica. Para sua infelicidade, no entanto, a crise de 29 o impediu de captar recursos até mesmo para cumprir essas obrigações, e, com a tomada do poder por Vargas, seu contrato voltou a despertar intensas discussões.

O Governo Arthur Bernardes e a busca de uma solução de consenso

Apesar do consenso que se verificou na CPI de Revisão do Contrato Itabira Iron, convocada por Arthur Bernardes, contra o referido contrato, permanecia o problema da demanda não satisfeita de aço no mercado brasileiro. Era essa carência que dava força aos defensores do grupo Itabira Iron. A única maneira de sepultar as negociações com a empresa inglesa seria incentivar projetos alternativos que pudessem satisfazer nossa demanda interna de aço. Por isso, a CPI de Revisão do Contrato Itabira Iron tornou-se também um fórum de debate acerca de novos projetos que pudessem desenvolver a siderurgia brasileira. Cabe, portanto, acompanhar os debates ocorridos por ocasião da CPI e que envolveram os principais atores interessados na questão siderúrgica brasileira, de modo a verificar quais eram os interesses e as divergências manifestas por esses atores. Entretanto, mais importante ainda do que esses debates foi a tentativa de materializar as posições majoritárias entre os siderurgistas brasileiros em um Decreto Federal visando estimular o crescimento de nossa produção siderúrgica.

Apenas a proibição da exportação de minério era unânime entre os siderurgistas. Contudo, outras posições, se não eram unânimes, pareciam ter o apoio da maioria: o governo deveria incentivar a iniciativa privada nacional a construir um grande número de usinas de médio porte até alcançar a produção necessária, não deveria haver nenhuma usina estatal. Essa última posição, defendida veementemente por Euvaldo Lodi, contrariava a posição de Clodomiro de Oliveira, ex-secretário de Viação do então Presidente Arthur Bernardes, quando esse governou o Estado de Minas Gerais, e seu principal conselheiro para assuntos relacionados à siderurgia. Clodomiro de Oliveira desejava que o governo federal, sozinho ou associado a empresas nacionais, implantasse uma usina com capacidade de 150.000 t na região do Rio Doce-MG. Foi provavelmente a primeira vez, durante a República que surgiu a proposta de construção de uma usina siderúrgica estatal.

Como resultado dos estudos realizados pela CPI, o Presidente Arthur Bernardes emitiu um decreto de número 4.801, com o objetivo de amparar a exploração industrial siderúrgica e carbonífera. Mais especificamente, o decreto previa a construção de três usinas, através de concorrência pública, com capacidade de 50.000 toneladas de aço. A primeira ficaria na região do Rio Doce, utilizaria altos-fornos elétricos e muito provavelmente, não podemos afirmar porque não está explícito no decreto, o carvão vegetal como combustível. A segunda seria localizada no Vale do Rio Paraopeba e utilizaria altos-fornos a carvão mineral, preferencialmente nacional. A terceira ficaria na região carbonífera de Santa Catarina e utilizaria obrigatoriamente o carvão mineral nacional.

Para se habilitar a construir e explorar uma dessas usinas, o candidato tinha que preencher algumas condições: ser brasileiro, possuir mina de ferro ou de carvão na região designada, ter capacidade financeira para contribuir, em tempo oportuno,

com 20% da quantia exigida para construção e aparelhamento da usina. Em compensação, o governo obrigava-se a oferecer uma série de benefícios para o vencedor da concorrência. Em primeiro lugar, o governo emprestaria 80% do custo da usina, com juro de 6% e primeira prestação anual vencendo depois de cinco anos. Além disso, o governo daria preferência de consumo para os produtos dessas usinas, ofereceria tarifas reduzidas de transportes e construiria, ou reaparelharia, conforme a necessidade, estradas de ferro e portos necessários para o embarque e desembarque dos produtos e matérias-primas das usinas.

No decreto de Arthur Bernardes é clara a posição nacionalista e a preocupação em atender os interesses dos siderurgistas em atividade no país. A posse dessas novas usinas ficava totalmente vetada a grupos estrangeiros e mesmo àqueles que não tivessem ligação com o setor minerador ou siderúrgico. Isto porque, em 1924, praticamente todas as jazidas de minérios conhecidas já estavam em posse de algum grupo do setor. Como vimos, possuir jazidas de minério de ferro e de carvão era uma das condições para se candidatar como proprietário de uma das três novas usinas. Principalmente no caso do carvão, essa condição restringia a posse da usina de Santa Catarina a um número mínimo de empresários.

Fica claro, que os interesses dos siderurgistas nacionais pesaram mais que a opinião de alguns técnicos que preferiam a construção de apenas uma grande usina, como Clodomiro de Oliveira, que tinha bastante influência sobre Arthur Bernardes. A preferência dos técnicos não teria como contemplar todos os interesses privados que se fizeram representar na CPI do Contrato Itabira Iron.

O decreto de Arthur Bernardes sofreu pesadas críticas. Destacando-se às proferidas pelo Professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Ferdinand Labouriau²⁰. O professor Labouriau era um conhecido adversário da siderurgia que até então vinha sendo praticada no Brasil, à base de carvão vegetal em pequenas e médias usinas. Suas críticas a esse modelo foram várias vezes repetidas por aqueles que defendiam o emprego do carvão mineral como combustível para nossas usinas. Em decorrência de suas posições, Labouriau era um partidário de Farquhar. Afinal, o empresário norte-americano propunha exatamente a construção de uma grande usina a carvão mineral.

É preciso notar que essa era muito mais que uma discussão técnica. Os defensores do carvão vegetal costumavam argumentar que essa matéria-prima podia ser obtida em abundância no país, enquanto o carvão mineral era raro e de má qualidade. Portanto, a utilização do carvão mineral demandaria a importação dessa matéria-prima, encarecendo em muito a produção siderúrgica. Farquhar prometia utilizar os seus lucros com a exportação de minério, bem como os navios que adquirisse, para importar carvão. Se essa intenção era real ou apenas um artifício para obter a concessão para exportar minério, como afirmavam seus críticos, continua sendo uma questão não resolvida. No entanto, é evidente que essa opção, a importação de carvão mineral, não atraía os siderurgistas nacionais privados. A utilização do carvão mineral era defendida basicamente por empresários que possuíam as minas

²⁰ LABOURIAU, Ferdinand. *O nosso problema siderúrgico*. Rio de Janeiro: Ed. Pimenta de Melo, 1928.

desse minério.

O decreto de Arthur Bernardes foi acima de tudo uma solução de conciliação, o que também demonstra que os empresários brasileiros que atuavam na siderurgia e na mineração eram capazes de visualizar e defender os seus interesses junto ao governo, mas não eram capazes, e não tinham maiores incentivos, para resolver o seu problema de ação coletiva de forma a defenderem uma única opinião que talvez se materializasse mais facilmente. Temos que lembrar, contudo, que os produtores de aço de modo geral pouco ganhariam com a criação de uma nova usina. Ela não pode ser considerada do ponto de vista deles um bem público. Só teria vantagens reais aquele que possuísse a nova usina. Aqueles que realmente poderiam considerar o aumento da produção de aço como um bem público, os consumidores desse produto não pareciam estar devidamente organizados ou não tinham poder de pressão suficientemente forte junto ao governo.

O governo, por sua vez, se mostrava fraco demais para enfrentar os interesses dos siderurgistas e, por outro lado, aqueles que defendiam a construção de uma única grande usina, ou eram partidários de Farquhar ou defendiam uma solução estatal. No primeiro caso, tinham o governo e todos os siderurgistas privados nacionais em posição contrária, no segundo caso, pelo menos todos os siderurgistas privados. Não havia ainda uma organização de interesses suficientemente fortes para apoiar o governo no sentido de uma solução estatal²¹.

Na realidade, o governo Arthur Bernardes sequer teve capacidade de efetivar as diretrizes estipuladas pelo seu decreto. As três usinas siderúrgicas previstas não foram criadas. Duas das grandes usinas criadas durante o seu governo, a Belgo-Mineira e a CBUM, obtiveram favores baseados em legislação anterior, evidentemente com o beneplácito do governo Bernardes. Quanto à terceira empresa, a CBMM, não há registro de favor obtido junto ao governo. Essas três empresas não pareciam dispostas a atender as condições do decreto de Arthur Bernardes, fosse porque tinham estrangeiros como acionistas, porque utilizavam o carvão vegetal ou porque não se localizavam nas regiões previstas pelo contrato. Por outro lado, as benfeitorias previstas pelo Decreto dificilmente poderiam ser efetivadas pelo governo.

A historiografia que trata da siderurgia brasileira no final da Primeira República e na era Vargas concentra-se fundamentalmente no tema do contrato Itabira Iron²² e na luta política que se seguiu à assinatura do contrato e só terminou com a anulação do mesmo e a decisão governamental de apoiar a construção de uma grande usina siderúrgica estatal. Contudo, já na década de 20, podemos identificar um início de crescimento na industrialização de aço no Brasil. Principalmente através da fundação da Siderúrgica Belgo-Mineira. A história da criação dessa

²¹ Essa dimensão dos interesses envolvidos é totalmente esquecida por John Wirth que comentando o decreto 4.801 critica-o como sendo um exemplo do ineficiente “planejamento pelo Estado Patrimonial”. WIRTH, John. *A política do desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973, p. 64.

²² A Companhia Itabira Iron surgiu a partir da assinatura de um acordo entre o governo brasileiro e o Brazilian Hematite Syndicate, em 1911, no entanto sua atividade só se intensificou quando em 1913 o empresário norte americano Percival Farquhar se tornou sócio e líder do projeto que visava exportar minério de ferro brasileiro extraído na região de Itabira e prometia construir uma grande usina siderúrgica em território nacional. Ver: PELÁEZ, *História da industrialização...*, p. 180-182.

empresa, mesmo que resumida, quando comparada aos problemas enfrentados pelo grupo responsável pela Itabira Iron, nos dará uma boa noção da lógica política e econômica que regia o mercado siderúrgico brasileiro na República Velha. A instalação da Belgo-Mineira não teve apenas um evidente efeito no aumento da produção de aço, talvez sua principal contribuição tenha sido no sentido de influenciar a organização dos produtores privados de aço brasileiros.

Enquanto o governo federal estava envolvido com o problema do contrato Itabira Iron, um grupo belga, o Aciéris Réunis de Burbach-Elch-Dudelange (ARBED) buscou um caminho menos tortuoso para iniciar suas atividades siderúrgicas no Brasil. A ARBED concentrou seus esforços na articulação com empresários e políticos do Estado de Minas Gerais, buscando com isso aliados importantes na luta contra possíveis adversários da presença de mais uma grande empresa siderúrgica no Brasil.

Em 1921, a ARBED procurou a Companhia Siderúrgica Mineira, propondo uma sociedade que fez surgir Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. A Companhia Siderúrgica Mineira era proprietária de um pequeno alto-forno na região de Sabará (MG) e algumas reservas de minério de ferro. A empresa fora fundada durante a Primeira Guerra Mundial pelos engenheiros mineiros: Cristiano Guimarães e Amaro Lanari. O Primeiro era um industrial encarregado do consulado Belga em Belo Horizonte e foi, posteriormente, o Presidente do Banco do Comércio e da Indústria de Minas Gerais. O segundo merece um resumo de sua biografia para avaliarmos os interesses que se articularam em torno da Cia. Belgo-Mineira.

Amaro Lanari tinha como tio Carlos Wigg, pioneiro da siderurgia brasileira, já citado nesse trabalho. Tinha ainda como parentes Amaro Silveira, um dos sócios da Usina Queiroz Júnior, a maior usina siderúrgica brasileira entre 1899 e 1921, e ainda pertencia a sua família Gil Guatimosim, um dos primeiros diretores da Cia. Siderúrgica Mineira e representante de Minas Gerais em várias comissões especiais criadas durante o governo Getúlio Vargas para estudar o problema siderúrgico²³. Amaro Lanari fundou a Lanari S.A., que comercializava produtos siderúrgicos e possuía uma Usina em Paracambi-RJ; foi secretário de Finanças de Minas Gerais entre 1930-31, membro do conselho supremo da Legião Mineira e fundador do Partido da Montanha, organização surgida em 1931 para apoiar as forças revolucionárias em Minas Gerais²⁴. Cabe ainda dizer que, seguindo a tradição da família, seu filho, Amaro Lanari Jr., foi o primeiro presidente da USIMINAS e Presidente da Siderbrás na década de 80.

Sem dúvida, o peso político dos proprietários da Cia Siderúrgica Mineira contribuiu para a opção da ARBED, importante grupo siderúrgico Belga que buscava através da constituição da Belgo-Mineira obter a concessão de algumas das ricas jazidas de minério de ferro de Minas Gerais e penetrar no nascente mercado

²³ Por exemplo, a Comissão Revisora do Contrato Itabira Iron em 1931. Ver: SOARES, *O ferro na história...*, p. 93.

²⁴ Ver VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário – Vol. I*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 106. LANARI JR, Amaro. “Depoimento”. *Projeto USIMINAS, 25 anos*. Minas Gerais: Fundação João Pinheiro, 1987. GUATIMOSIM JR, Gil. “Depoimento”. *Projeto USIMINAS, 25 anos*. Minas Gerais: Fundação João Pinheiro, 1987.

siderúrgico brasileiro. É digno de nota como os mesmos políticos, liderados por Arthur Bernardes, que em nome da soberania nacional criticavam o contrato Itabira Iron, apoiaram plenamente a criação da Belgo-Mineira, servindo, inclusive, de intermediários entre o Rei Alberto da Bélgica, que visitou o Brasil em 1920, e os proprietários da Cia. Siderúrgica Mineira.

A diferença de comportamento tem basicamente três motivos: em primeiro lugar, a participação de importantes empresários mineiros na direção da empresa; em segundo lugar, o fato de que o projeto da Belgo-Mineira baseava-se em uma usina siderúrgica a ser implantada em Minas Gerais; em terceiro lugar, a implantação da Belgo-Mineira poderia ser um estímulo a mais para o cancelamento do contrato Itabira Iron, já que a Belgo-Mineira poderia, se obtivesse favores semelhantes por parte do Governo Federal, facilmente alcançar as metas da Itabira Iron. O que desejamos destacar é que a associação da ARBED com o empresariado nacional, especialmente de Minas Gerais, visava principalmente quebrar barreiras políticas que foram enfrentadas pela Itabira Iron, mas também por Carlos Wigg. A ARBED levantou a bandeira da defesa da siderurgia baseada em carvão vegetal no Estado de Minas Gerais, e como veremos adiante, também buscou associação com siderurgistas importantes de outros Estados da federação.

Uma vez feito o acordo entre a ARBED e os proprietários da Cia Siderúrgica Mineira as instalações da Usina de Sabará foram ampliadas e o seu capital social passou de 350.000 mil-réis para 15 milhões de mil-réis²⁵. A capacidade de produção diária da usina de Sabará era de 15 a 20 toneladas de lingotes, entre 1921 e 1927. Com os novos equipamentos instalados pela ARBED, sua capacidade passou a cerca de 30.000 t. O mais importante, porém, foi a instalação de três laminadores de aço que, integrando a usina aumentaram em muito o *mix* de produtos que a usina podia produzir²⁶. Contudo, o grande objetivo da ARBED era construir uma usina totalmente nova em Monlevade-MG. Essa usina a carvão vegetal poderia alcançar o quase cabalístico índice de 150.000t de aço. O problema é que para viabilizá-la seria necessária a construção de um ramal ferroviário ligando a cidade de Monlevade até a E.F. Central do Brasil. Vemos aqui novamente o problema da grande siderurgia integrado a questão do acesso ferroviário.

A Belgo-Mineira teria duas opções: tentar construir privadamente esse ramal, e repetir todos os problemas relativos à concessão federal e à utilização do ramal enfrentados pela Itabira Iron, ou esperar que o Estado se incumbisse de fazer a ligação. Como a operação da usina de Sabará não dependia do novo ramal, a Belgo-Mineira fez a segunda opção e esperou que já no Estado Novo o governo federal concluísse as obras de ligação ferroviária até Monlevade. No ano de 1938, a Belgo-Mineira inaugurou sua Usina em Monlevade, conseqüentemente: aumentou em cerca de 100.000t sua capacidade de produção, consolidou sua posição de maior indústria siderúrgica brasileira até a criação da C.S.N., e tornou-se a maior indústria siderúrgica integrada à carvão vegetal do mundo.

Resta verificar qual foi a atitude dos siderurgistas privados brasileiros,

²⁵ Ver: BASTOS, Humberto. *A conquista siderúrgica do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959, p. 110.

²⁶ Ver: PELÁEZ, *História da industrialização...*, p. 148.

principalmente os que não eram de Minas Gerais, em relação a Belgo-Mineira. Em primeiro lugar, é importante perceber que o projeto inicial da Belgo-Mineira não era suficientemente grande para assustar os seus concorrentes. O projeto da nova usina de Monlevade, este sim, causara bastante polêmica principalmente entre os que defendiam a opção pela Itabira Iron. Essa polarização trouxe para a defesa da Belgo-Mineira praticamente toda a comunidade de empresários de Minas Gerais como se pode perceber pela posição da Federação das Indústrias de Minas Gerais, exemplificada pelo parecer do seu presidente apresentado ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1938²⁷. Por último, devemos notar que durante a década de 30, o consumo de aço no Brasil aumentou substancialmente deixando claro que uma usina que produzisse 150.000 t de aço poderia perfeitamente coexistir no mercado com todas as outras empresas instaladas. O mais importante, porém, foi que a ARBED buscou desde o início, de forma consciente, articular-se politicamente com os empresários nacionais privados do setor siderúrgico.

Uma vez estabelecida no país, a ARBED, através da Belgo-Mineira, tornou-se uma aliada poderosa dos siderurgistas nacionais contra a Itabira Iron, e a favor da lucratividade das empresas sediadas no país. Não foi apenas com os siderurgistas de Minas Gerais que a Belgo-Mineira buscou relacionar-se. Na realidade, o setor siderúrgico brasileiro viu surgir na década de 20 aquela que provavelmente foi uma das primeiras experiências no Brasil de formação de um cartel. Durante a década de 20, nossa incipiente produção de aço começou a aumentar consideravelmente. A Belgo-Mineira foi uma das responsáveis por esse aumento, mas não a única. Duas outras companhias fundadas em 1925 contribuíram para esse aumento: a Cia. Brasileira Usinas Metalúrgicas e a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia. Essas três companhias responderam por 96% da produção de aço no Brasil até 1939, sendo a Cia. Belgo-Mineira responsável por cerca de 60% da produção total²⁸.

A Companhia Brasileira Usinas Metalúrgicas (CBUM) foi criada em 1925, possuía duas usinas, uma em Morro Grande-MG e outra em São Gonçalo-RJ. Tinha uma capacidade de produção avaliada em cerca de 30.000t²⁹. Essa companhia iniciou-se com um pequeno capital: 10 milhões de mil-réis que foi sucessivamente aumentado, chegando a casa dos 35 milhões de mil-réis, cerca de 1.800.000 dólares, no final da década de 30. Seus fundadores foram Francis Walter Hime, Luiz Ribeiro Pinto e Libânio da Rocha Vaz, que fundaram a empresa sob o nome de Hime S.A., posteriormente transformada na CBUM³⁰. A empresa teve como um de seus primeiros diretores o Engenheiro J. Gerspacher, técnico e empresário francês, que foi um dos fundadores da Usina Esperança. Gerspacher trabalhou também na Cia. Siderúrgica Mineira, que como já vimos transformou-se na Belgo-Mineira³¹.

²⁷ Ver: AMARAL, *Siderurgia e planejamento econômico...*, p. 291.

²⁸ Ver: PELÁEZ, *História da industrialização...*, p. 151-152.

²⁹ SOARES, *O ferro na história...*, p. 63.

³⁰ GONSALVES, *O ferro na economia...*, p. 119.

³¹ GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983, p. 155-156.

A Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM), criada no mesmo ano, possuía uma usina localizada em São Caetano (SP) cuja capacidade de produção também era de 30.000 t de aço. Seu principal acionista era o Conde Alexandre Siciliano, importante empresário paulista, fundador da FIESP e deputado classista na constituinte de 1934.

É fácil perceber que essas grandes empresas citadas somadas controlavam o mercado de aço no Brasil, e eram dirigidas por importantes empresários com longa tradição na atividade siderúrgica e que tinham frequentemente atividades políticas paralelas. Esses empresários associaram-se no sentido de pressionar o governo em favor de seus interesses³², formando um verdadeiro cartel, que foi praticamente oficializado através da criação da Sociedade Siderúrgica Ltda., empresa fundada pela Cia. Belgo-Mineira, Cia. Brasileira Usinas Metalúrgicas, Usina Queiroz Júnior Ltda, Metalúrgica Ribeirão Preto e J. S. Brandão & Cia. Cabe destacar que essa última empresa, a J. S. Brandão, pertencia ao empresário e político Euvaldo Lodi, fundador da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e deputado constituinte em 1934. Por outro lado, sua sede comercial era à Rua Primeiro de Março, nº 101, Rio de Janeiro, o mesmo endereço do escritório comercial no Rio de Janeiro da Usina Queiroz Júnior³³, o que deixa claro que a Sociedade Siderúrgica não era uma empresa independente.

As teses defendidas pela Sociedade Siderúrgica Ltda. eram as seguintes: a formação de um acordo de preço, a proibição da exportação de sucata de ferro, a imposição de restrições alfandegárias à importação de ferro gusa e aço, a imposição de restrições à exportação do minério de ferro e o desestímulo ao estabelecimento de usinas que utilizassem o carvão mineral como combustível.

Esses dois últimos objetivos tinham como alvo atacar os pressupostos do contrato Itabira Iron, garantindo o minério de ferro brasileiro para a utilização das nossas indústrias siderúrgicas e impedindo que elas tivessem que enfrentar a concorrência com uma empresa que utilizasse o carvão mineral como combustível. Esse último ponto, no entanto, era polêmico. Enquanto Euvaldo Lodi e os siderurgistas de Minas sempre salientaram as vantagens da utilização do carvão vegetal o Conde Alexandre Siciliano Jr. era claramente contra³⁴.

Nesse momento, é necessário um esclarecimento técnico. A siderurgia brasileira, até a criação da CSN, utilizava o carvão vegetal como combustível para o aquecimento do alto-forno, principalmente pela fácil obtenção desse material nas florestas brasileiras, enquanto havia carência de carvão mineral. Também se acreditava na época que o carvão vegetal tinha um sério inconveniente: seu aproveitamento esgotava as matas adjacentes às usinas, obrigando a obtenção de carvão em zonas afastadas. Além disso, o carvão vegetal obtido da lenha não era homogêneo, de modo que nem todas as madeiras podiam ser aproveitadas.

³² Ver: WIRTH, *A política do desenvolvimento...*, p. 71. SILVA, Raul Ribeiro da. *Indústria siderúrgica e exportação de minério de ferro*. Rio de Janeiro: s.r., 1939.

³³ Os Endereços podem ser conferidos no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1934, p. 192.

³⁴ Ver: SOARES, *O ferro na história...*, p. 72-73. e SICILIANO JR, Alexandre. *Memorial ao presidente Vargas*. 25 dez. 1934. CFCE, Processo 118.

Essas desvantagens implicavam em limitar o tamanho das usinas que produziam com esse combustível. Acreditava-se na época que elas não poderiam atingir muito mais que 50.000 t de produção, o que reduzia a possibilidade de ganhos de escala, obrigando a construção de várias usinas para atingir a demanda³⁵. Os desenvolvimentos mais recentes da siderurgia negaram todas essas afirmações³⁶, mas precisamos ter em vista que mesmo os defensores do carvão vegetal acreditavam na época que esse combustível não era adequado para a utilização em grandes usinas. Portanto, temiam pelo estabelecimento no país de uma grande usina que utilizasse carvão mineral. Afinal, essa usina solitariamente poderia atender grande parte da demanda, dando uma enorme vantagem para quem a possuísse, e prejudicando os seus concorrentes. Quanto à exportação do minério de ferro, é óbvio que ela não interessava a aqueles que preferiam explorá-lo no Brasil ao custo mais reduzido possível.

As outras três estratégias defendidas pelos siderurgistas brasileiros – a formação de um acordo de preço; a proibição da exportação de sucata de ferro; a imposição de restrições alfandegárias à importação de ferro gusa e aço – tinham o mesmo objetivo: manter o preço dos seus produtos o mais alto possível. Agiam, portanto, como típicos empresários maximizadores. O que é mais impressionante é a capacidade que eles tiveram de influenciar os governos no sentido de atenderem as suas reivindicações. Vejamos, por exemplo, que eles, alegando uma superprodução de ferro gusa, obtiveram do governo brasileiro, logo após a tomada do poder por Vargas, uma série de benefícios.

Em primeiro lugar, a tarifa aduaneira para importação de produtos siderúrgicos passou para mais de 100%. Além disso, a importação de produtos com similares no país foi simplesmente proibida. Conseguiram ainda que o Conselho do Comércio Exterior proibisse a importação de máquinas destinadas a novas instalações para produção de ferro gusa. Por fim, conseguiram a proibição da importação da sucata de ferro³⁷.

O resultado das duas primeiras medidas sobre a lucratividade das empresas estabelecidas no país é óbvio. A terceira medida visa basicamente reduzir a possibilidade da entrada de novos concorrentes no mercado de ferro gusa. Para entendermos o efeito da proibição da exportação de sucata, entretanto, novamente temos que fazer um esclarecimento técnico. O aço normalmente é obtido através da oxidação das impurezas contidas no ferro gusa. Entretanto, se pode usar como matéria-prima a sucata, ou seja, é possível reciclar o aço refogado ou desgastado. Em geral, utiliza-se uma mistura de ferro gusa e sucata para obtenção do aço. Mantendo-se a maior proporção possível de sucata já que esse material, por se tratar de resíduos, costuma ser mais barato³⁸. A utilização de sucata é ainda mais comum no início do processo de implantação da siderurgia, já que ele dispensa todos os custos de mineração, transporte e conversão do minério de ferro em ferro

³⁵ LABOURIAU, Fernando. *Curso abreviado de siderurgia*. Rio de Janeiro: Ed. Pimenta de Melo, 1928.

³⁶ Para uma resposta a todas as críticas do professor Fernando Labouriau ver: GOMES, *História da siderurgia...*, capítulo VIII.

³⁷ SILVA, *Indústria siderúrgica...*, p. 73-74.

³⁸ BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 26-27.

gusa. Dito isto, fica claro porque a nossa indústria siderúrgica sempre utilizou uma grande quantidade de sucata como matéria-prima. Ocorre que alguns países como o Japão, que possui poucas reservas de minério, são tradicionais importadores de sucata. Essa demanda obviamente eleva o preço da sucata, aumentando os custos de todos os que a utilizam como matéria-prima, e reduzindo a possibilidade de se utilizar a sucata em um quadro de eventual carência de ferro gusa.

Já vimos que a situação do Brasil a partir do final da década de 20, como alegavam os próprios empresários do setor, era de superprodução de ferro gusa. Sendo assim porque seria necessária a proibição da exportação de sucata? Simplesmente porque quando há grande oferta utilizar sucata é mais barato que utilizar ferro gusa. Ao defender a intervenção do governo no sentido da manutenção destas grandes reservas, por mais que isso cause escândalo aos analistas liberais, esses empresários agem como típicos maximizadores que organizam um efetivo grupo de pressão.

Carlos Manuel Peláez, por exemplo, repetindo críticas feitas por um analista da época, denuncia que os empresários da siderurgia vendiam para as pequenas forjarias o ferro gusa que produziam, ao invés de utilizá-lo na fabricação do aço, substituindo-o por sucata. Mas, não há racionalidade em utilizar a matéria-prima mais custosa apenas por que você a produziu. Se as pequenas forjarias não faziam o mesmo, era simplesmente porque sua tecnologia impedia a purificação da sucata até um nível aproveitável³⁹.

O que realmente impressiona é a maneira como o governo brasileiro se mostra receptivo às demandas destes empresários, principalmente no início do governo Vargas, quando a importação de sucata foi proibida, e todas as restrições alfandegárias pedidas pelos siderurgistas foram efetivadas. É verdade que o contexto do pós-crise de 1929 obrigava medidas drásticas no sentido de reduzir as importações. Mas, como explicar apenas pela conjuntura econômica a proibição da exportação de sucata⁴⁰, que poderia contribuir para o equilíbrio da balança comercial? Analisando a questão da proibição da exportação da sucata, Gustavo Barros afirma: “Não podemos ter muita segurança a respeito, mas é plausível que a solicitação tenha partido do interior do próprio governo”⁴¹. O conhecimento das atividades da Sociedade Siderúrgica e da importância econômica e política dos empresários que a formaram nos faz considerar como bem mais plausível justamente o contrário, que o governo estava respondendo às pressões do empresariado privado do setor.

É difícil negar que o cartel da siderurgia mostrou grande capacidade de influenciar o governo, mesmo quando suas demandas prejudicavam outros setores e interesses macroeconômicos. O resultado das medidas aprovadas pelo governo a pedido dos siderurgistas foi, segundo um analista da época, a elevação do preço do ferro gusa de 200 para 400 mil-réis por tonelada, e a fixação do preço do aço

³⁹ Ver: PELÁEZ, *História da industrialização...*, p. 160. Para ver a crítica original: SILVA, *Indústria siderúrgica...*, p. 74.

⁴⁰ Decreto nº 23.565, de dezembro de 1933.

⁴¹ BARROS, Gustavo. “Discurso e contexto: política siderúrgica no primeiro governo Vargas (1930-1937)”. Texto para discussão – Seminário do Hermes & Clío – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica. São Paulo: USP, 2012, p. 22.

em absurdos 18 mil-réis por quilo. Absurdos porque, segundo o mesmo analista o custo de produção do aço circulava em 0,5 mil-réis⁴². Outro crítico denuncia lucros de mais de 300% na venda de aço e materiais de ferro⁴³. Mesmo que esses números não expressem exatamente a realidade⁴⁴, uma proteção alfandegária de mais de 100% com proibição de importação de similares, para um setor que vende insumos para outras indústrias, como arames, pregos, vergalhões, enxadas, trilhos, etc., faz crer que, em nome do desenvolvimento da siderurgia, outros setores importantes da economia estavam sendo prejudicados.

Contudo, é necessário observar que no mesmo período, mais especificamente em 1934, a indústria siderúrgica nacional vai denunciar um *dumping* praticado pelas empresas estrangeiras, que estariam vendendo seus produtos para o mercado brasileiro abaixo do preço de custo⁴⁵. Isto explicaria porque na comparação com os preços dos produtos importados, os nacionais levavam tanta desvantagem. Como era de se esperar, os que participaram do debate à época, e apoiavam a posição dos produtores locais, confirmam a existência do *dumping*, enquanto seus opositores, como Raul Ribeiro, negam.

É importante notar que as atividades da Sociedade Siderúrgica não se restringiam a pressionar o governo. Embora não fosse realmente uma empresa, a Sociedade Siderúrgica, em pelo menos uma ocasião, chegou a adquirir uma pequena usina produtora de ferro gusa em Minas Gerais simplesmente para fechá-la em seguida⁴⁶. Segundo J. C. Vargens Tambasco, o objetivo dessa aquisição era impedir o surgimento de novas usinas que pudessem processar o ferro gusa, transformando-o em produtos siderúrgicos, e visava especialmente atingir a Companhia Metalúrgica Barbará, que naquele momento iniciava a construção de uma usina em Barra Mansa. Uma usina, que, no entanto, dependeria do fornecimento de ferro gusa por terceiros⁴⁷. Citamos esse caso, para mostrar como a Sociedade Siderúrgica era atuante e sempre no sentido de restringir a entrada no mercado de empresas que não pertenciam aos seus quadros.

O fato é que, na primeira metade da década de 30, o governo Vargas repete a tradição da República Velha de ceder a praticamente todos os pedidos daqueles

⁴² Ver: RACHE, Pedro. "Depoimento". In: BRASIL, Ministério da Fazenda. *A grande siderurgia e a exportação de minério de ferro em larga escala*. Rio de Janeiro: CTEF, 1938.

⁴³ SILVA, *Indústria Siderúrgica...*, p. 22.

⁴⁴ Segundo um relatório oficial do Ministério da Agricultura que se refere aos anos de 1935 e 1936, o preço de venda do ferro gusa ia de um mínimo de 230 mil-réis por tonelada (p/t), cobrados pela CBUM, até um máximo de 340 mil réis cobrados pela Magnavacca & Filho. Sendo que o custo de produção circulava entre um mínimo de 170 mil-réis p/t e um máximo de 200 mil réis. Para o caso do aço laminado o custo de produção parece circular realmente em torno de meio mil réis, no entanto o preço final do aço vai depender muito do produto em questão, o arame produzido pela Belgo-Mineira, por exemplo, tinha um preço final máximo de 1:200\$000. Ver: GONSALVES, *O ferro na economia...*, p. 81-87.

⁴⁵ Ver: GOMES, *História da siderurgia...*, p. 193.

⁴⁶ Escritura de Compra e Venda, que faz Josué Pezzi à Sociedade Siderúrgica, Ltda., em 10 de março de 1932. Cartório do 1º Ofício de Notas, em Belo Horizonte, Livro 103, fls 67

⁴⁷ TAMBASCO, J. C. Vargens. "Gênese da Indústria Siderúrgica no Vale Médio do Paraíba: a fabricação de tubos centrifugados em Barra Mansa". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 169, n. 440, jul./ set. 2008, p. 191-211.

que produziam aço e produtos de ferro no Brasil, o que, somado aos indícios de formação de cartel na indústria siderúrgica, demonstra um alto grau de organização e poder de pressão por parte desse setor. A indústria siderúrgica brasileira parece estar longe do modelo de fragmentação e desorganização dos interesses que normalmente é atribuído aos empresários brasileiros, principalmente em épocas remotas.

A ênfase na desorganização do empresariado siderúrgico nacional, feita por autores como Luciano Martins⁴⁸, Wirth⁴⁹, Peláez⁵⁰, Baer⁵¹, entre outros já citados, parece derivar da expectativa de que os empresários privados do setor deveriam trabalhar para aumentar a produção de modo a atender à crescente demanda. Ora, do ponto de vista do empresariado, atender totalmente à demanda significa reduzir a rentabilidade das empresas que já estavam instaladas. É mais fácil e mais coerente buscar ações coordenadas do empresariado no sentido de restringir o aumento da oferta e a entrada de novos competidores, especialmente se esses novos competidores conseguiram vantagens expressivas por parte do governo e podem abocanhar um pedaço expressivo do mercado apenas com a construção de uma nova usina⁵².

Para o empresariado siderúrgico nacional, a construção da usina prevista no Contrato Itabira Iron significava uma grande ameaça. Mas mesmo a usina que Carlos Wigg pretendia construir aproveitando os favores do decreto publicado por Nilo Peçanha não era encarada como um bem público, mas sim um concorrente perigoso. O contraponto à estratégia de restrição do mercado foi a Belgo-Mineira, pois sabemos que ela conseguiu, no final da década de 30, construir uma grande usina em Monlevade contando com favores do governo, inclusive a construção do ramal ferroviário necessário para o escoamento da sua produção e a chegada de insumos. Não é o objetivo deste artigo verificar com detalhes como a Belgo-Mineira concretizou o desejo de ampliação de sua capacidade produtiva que manifestou desde sua instalação. Para isso, precisaríamos acompanhar o debate siderúrgico pela complexa década de 1930, até depois do início do Estado Novo. Contudo, acreditamos que a chave para a compreensão desse sucesso está na atitude política adotada pela empresa desde a sua fundação, isto é, a busca pela associação com importantes empresários siderúrgicos privados nacionais, o perfilamento contra o Contrato Itabira Iron, a adesão ao modelo de Siderurgia baseada em carvão vegetal e, finalmente, sua participação na Sociedade Siderúrgica Ltda.



⁴⁸ MARTINS, MARTINS, Luciano. *Politique et développement...*

⁴⁹ WIRTH, A *política do desenvolvimento...*

⁵⁰ PELÁEZ, *História da Industrialização...*

⁵¹ BAER, *Siderurgia e Desenvolvimento brasileiro...*

⁵² Para uma análise da racionalidade restritiva do empresariado em um setor correlato e numa época próxima pode ser interessante uma comparação com o caso estudado por BOWMAN, John R. *Capitalist collective action: competition, cooperation and conflict in the Coal Industry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

RESUMO

Durante a primeira república, o contrato Itabira Iron atraiu a atenção do governo e de empresários interessados no desenvolvimento da siderurgia brasileira. Este tema também recebe grande atenção da pequena historiografia que se dedica ao início do desenvolvimento da siderurgia no Brasil. Contudo, no mesmo período surgiram importantes usinas siderúrgicas privadas, com destaque para a Cia. Belgo-Mineira, que ampliaram nossa produção de aço e se organizaram de modo a pressionar o governo em favor dos seus interesses econômicos. Essas empresas constituem o tema principal desse artigo.

Palavras Chave: Indústria; Siderurgia; Siderúrgicas Privadas Brasileiras.

ABSTRACT

During the first republic, the Itabira Iron contract attracted the attention of the government and entrepreneurs interested in developing the Brazilian steel industry. This theme also receives great attention from the small historiography that is devoted to study the early development of steel industry in Brazil. However, in the same period appeared important private steel mills, especially Cia. Belgo-Mineira, which increased our production of steel and helped organize lobbying in benefit of their economic interests. These companies are the main theme of this article.

Keywords: Brazilian Industry; Steel Production; Privates Steel Brazilian Mills.

Artigo recebido em 08 set. 2013.

Aprovado em 20 nov. 2013.